

SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

ATA DE CORREIÇÃO-GERAL ORDINÁRIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 44/2016

COMARCA: MARINGÁ

SERVENTIA: 2º TABELIONATO DE PROTESTO

DATA: 28/07/2016

EQUIPE CORREICIONAL DO FORO EXTRAJUDICIAL

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA EUGÊNIO ACHILLE GRANDINETTI

JUÍZES AUXILIARES:

- Dra. Ângela Maria Machado Costa
- Dr. Guilherme Frederico Hernandes Denz
- Dr. Horácio Ribas Teixeira

ASSESSORES CORREICIONAL:

- Eduardo Bueno de Oliveira
- Jorge Luiz Gomes Macedo
- Paulo Roberto A. de Mello

JUIZ (ÍZA) DE DIREITO CORREGEDOR (A) DO FORO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA

Dr. William Artur Pussi

AGENTE DELEGADO (A)

Titular: Luiz Alberto de Lara Miguel

Decreto Judiciário nº 276/1991

DADOS CADASTRAIS



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

Titular: LUIZ ALBERTO DE LARA MIGUEL.

Escolaridade: superior completo.

Data de Nascimento: 27/11/1966.

Decreto Judiciário nº.: 05/91.

Escrevente Indicado: SATICO MATSUMOTO.

Escolaridade: superior completo. Data de Nascimento: 24/10/1965. Portaria nº. 33/97, desde 01/08/1996.

Escrevente Indicado: ELAINE CRISTINA ARMELIN E SILVA.

Escolaridade: ensino médio.

Data de Nascimento: 29/06/1974.

Portaria nº. 14/2011, desde 11/01/2011.

Empregados (CLT): 12 (doze) empregados Endorase do Cartário

Endereço do Cartório:

Rua Piratininga, 55 - Centro.

CEP-87013-100 - Maringá/Paraná.

Telefone/Fax: (44) 3025-5457

E-mail: segundoprotestomga@hotmail.com

Login do sistema mensageiro: A588

O tabelionato funciona dentro do prédio do fórum?

(x) Não.

O tabelionato funciona acumulado a algum outro Cartório?

(x) Não.

Número do Cadastro no CNPJ:

80.903.867/0001-96.

Em ordem.

DADOS ESTRUTURAIS

	SIM	NÃO
A. A serventia está identificada como Tabelionato de		
Protesto, sendo vedada a adoção do nome fantasia,		



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

atribuições (CN, art. 53, Parágrafo único)? B. O espaço físico da serventia é condizente com a relevância dos serviços prestados e observa a acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais (CN, art. 53)? C. A serventia observa os dias e horários de atendimento ao público, afixando (em local bem visível) o horário de funcionamento, consoante disposto no caput do artigo 1º da Resolução nº 06/2005-TJ e artigo 4º § 1º da Lei nº 8935 (CN, art. 54)? D. As Tabelas de emolumentos em vigor, em reais e VRC (Lei Estadual n. 17.832 de 19.12.2013 e PCAs nºs 549-54.2011.2.00.0000 e 768-67.2011.2.00.0000), FUNREJUS, aviso de prazo máximo para expedição de certidões e aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (CN, art. 10, inc. IX e art. 39)? E. As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2º via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES F. Providenciar a instalação de sistema de atendimento por senhas.	podendo constar, em menor destaque, abaixo da identificação, o nome do agente delegado e suas		
B. O espaço físico da serventia é condizente com a relevância dos serviços prestados e observa a acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais (CN, art. 53)? C. A serventia observa os dias e horários de atendimento ao público, afixando (em local bem visível) o horário de funcionamento, consoante disposto no caput do artigo 1° da Resolução n° 06/2005-TJ e artigo 4° § 1° da Lei n° 8935 (CN, art. 54)? D. As Tabelas de emolumentos em vigor, em reais e VRC (Lei Estadual n. 17.832 de 19.12.2013 e PCAs n°s 549-54.2011.2.00.0000 e 768-67.2011.2.00.0000), FUNREJUS, aviso de prazo máximo para expedição de certidões e aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (CN, art. 10, inc. IX e art. 39)? E. As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2° via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação n° 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	· ·		
acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais (CN, art. 53)? C. A serventia observa os dias e horários de atendimento ao público, afixando (em local bem visível) o horário de funcionamento, consoante disposto no caput do artigo 1º da Resolução nº 06/2005-TJ e artigo 4º § 1º da Lei nº 8935 (CN, art. 54)? D. As Tabelas de emolumentos em vigor, em reais e VRC (Lei Estadual n. 17.832 de 19.12.2013 e PCAs nºs 549-54.2011.2.00.0000 e 768-67.2011.2.00.0000), FUNREJUS, aviso de prazo máximo para expedição de certidões e aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (CN, art. 10, inc. IX e art. 39)? E. As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2º via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			
especiais (CN, art. 53)? C. A serventia observa os dias e horários de atendimento ao público, afixando (em local bem visível) o horário de funcionamento, consoante disposto no caput do artigo 1º da Resolução nº 06/2005-TJ e artigo 4º § 1º da Lei nº 8935 (CN, art. 54)? D. As Tabelas de emolumentos em vigor, em reais e VRC (Lei Estadual n. 17.832 de 19.12.2013 e PCAs nºs 549-54.2011.2.00.0000 e 768-67.2011.2.00.0000), FUNREJUS, aviso de prazo máximo para expedição de certidões e aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (CN, art. 10, inc. IX e art. 39)? E. As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2º via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	relevância dos serviços prestados e observa a		
C. A serventia observa os dias e horários de atendimento ao público, afixando (em local bem visível) o horário de funcionamento, consoante disposto no caput do artigo 1º da Resolução nº 06/2005-TJ e artigo 4º § 1º da Lei nº 8935 (CN, art. 54)? D. As Tabelas de emolumentos em vigor, em reais e VRC (Lei Estadual n. 17.832 de 19.12.2013 e PCAs nºs 549-54.2011.2.00.0000 e 768-67.2011.2.00.0000), FUNREJUS, aviso de prazo máximo para expedição de certidões e aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (CN, art. 10, inc. IX e art. 39)? E. As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2º via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades		
ao público, afixando (em local bem visível) o horário de funcionamento, consoante disposto no caput do artigo 1° da Resolução n° 06/2005-TJ e artigo 4° § 1° da Lei n° 8935 (CN, art. 54)? D. As Tabelas de emolumentos em vigor, em reais e VRC (Lei Estadual n. 17.832 de 19.12.2013 e PCAs n°s 549-54.2011.2.00.0000 e 768-67.2011.2.00.0000), FUNREJUS, aviso de prazo máximo para expedição de certidões e aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (CN, art. 10, inc. IX e art. 39)? E. As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2° via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	especiais (CN, art. 53)?		
funcionamento, consoante disposto no caput do artigo 1º da Resolução nº 06/2005-TJ e artigo 4º § 1º da Lei nº 8935 (CN, art. 54)? D. As Tabelas de emolumentos em vigor, em reais e VRC (Lei Estadual n. 17.832 de 19.12.2013 e PCAs nºs 549- 54.2011.2.00.0000 e 768-67.2011.2.00.0000), FUNREJUS, aviso de prazo máximo para expedição de certidões e aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (CN, art. 10, inc. IX e art. 39)? E. As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2º via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	C. A serventia observa os dias e horários de atendimento		
1º da Resolução nº 06/2005-TJ e artigo 4º § 1º da Lei nº 8935 (CN, art. 54)? D. As Tabelas de emolumentos em vigor, em reais e VRC (Lei Estadual n. 17.832 de 19.12.2013 e PCAs nºs 549-54.2011.2.00.0000 e 768-67.2011.2.00.0000), FUNREJUS, aviso de prazo máximo para expedição de certidões e aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (CN, art. 10, inc. IX e art. 39)? E. As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2º via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	,		
B935 (CN, art. 54)? D. As Tabelas de emolumentos em vigor, em reais e VRC (Lei Estadual n. 17.832 de 19.12.2013 e PCAs n°s 549-54.2011.2.00.0000 e 768-67.2011.2.00.0000), FUNREJUS, aviso de prazo máximo para expedição de certidões e aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (CN, art. 10, inc. IX e art. 39)? E. As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2º via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)?			
D. As Tabelas de emolumentos em vigor, em reais e VRC (Lei Estadual n. 17.832 de 19.12.2013 e PCAs n°s 549-54.2011.2.00.0000 e 768-67.2011.2.00.0000), FUNREJUS, aviso de prazo máximo para expedição de certidões e aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (CN, art. 10, inc. IX e art. 39)? E. As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2º via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			
(Lei Estadual n. 17.832 de 19.12.2013 e PCAs n°s 549-54.2011.2.00.0000 e 768-67.2011.2.00.0000), FUNREJUS, aviso de prazo máximo para expedição de certidões e aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (CN, art. 10, inc. IX e art. 39)? E. As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2º via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			
54.2011.2.00.0000 e 768-67.2011.2.00.0000), FUNREJUS, aviso de prazo máximo para expedição de certidões e aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (CN, art. 10, inc. IX e art. 39)? E. As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2º via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	_		
aviso de prazo máximo para expedição de certidões e aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (CN, art. 10, inc. IX e art. 39)? E. As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2ª via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			
aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (CN, art. 10, inc. IX e art. 39)? E. As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2ª via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			
afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (CN, art. 10, inc. IX e art. 39)? E. As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2º via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
E. As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2º via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	, ,		
E. As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2ª via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			
regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2º via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	·		
atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2ª via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	· ·		
outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2ª via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			
mantidos em arquivo físico ou digital (CN, art. 10, VII)? F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2ª via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			
F. A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2ª via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			
G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2ª via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			
as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2ª via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
gestantes (CN, art. 10, IV)? H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2ª via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	G. A serventia possui sistema de atendimento prioritário		
H. A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2ª via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e		
dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2ª via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	gestantes (CN, art. 10, IV)?		
do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2º via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	,		
da 2ª via (CN, art. 10, X)? I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	·		
I. A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			
09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			
formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			
livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	•		
10, II)? CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES			
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	·		
	• 1		
		or senha	18



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

COMUNICADO DE ARRECADAÇÃO BRUTA SEMESTRAL AO CNJ

▶ Primeiro semestre de 2016 - R\$ 2.463.727,69

RELATÓRIO DE RECEITAS DO FUNREJUS

<u>Encaminhar</u> ao Conselho Supervisor do FUNREJUS o relatório de Receitas do Fundo, <u>totalizando por ano a quantidade de guias utilizadas pelo Serviço</u>, conforme modelo constante do Anexo C-04 do Código de Normas.

ESTATÍSTICA

Ano	Prenotados	Pagos	Protestados	Retirados	Cancelados	Sustados
2013	103.450	34.177	60.896	7.177	13.559	38
2014	110.175	38.105	65.934	7.113	14.392	94
2015	65.834	34.611	25.233	5.945	11.838	46
Janeiro a Maio 2016	26.025	12.833	10.833	2.555	4.178	103
Total	305.484	119.726	162.896	22.790	43.967	281

PARTE GERAL

LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS (CN, art. 19 e <u>667</u>, inciso I e Ofício Circular n. 164/2013)

1 Em uso o livro nº 27.

	SIM	NÃO
1.2 Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro		
Extrajudicial nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?		
1.3 Ao final de cada mês lança quadro resumo,		
indicando a receita (separadamente, nos casos de		
serviços cumulados) e a despesa total do período, com		
indicação expressa do saldo líquido alcançado, sem		



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

transportá la para a môs soquinto (CN art 10 \$ 20)2	
transportá-lo para o mês seguinte (CN, art. 19, § 3°)?	
1.4 Os livros apresentam escrituração diária e detalhada	
das receitas e das despesas da Serventia, sendo	
lançadas separadamente, devidamente identificadas	
pelo livro e folha em que o ato foi praticado, as receitas	
oriundas da prestação dos serviços. As demais receitas,	
tais como, autenticação, 2ª Via, certidões e traslados,	
serão discriminados pela quantidade desses atos,	
diariamente (CN, art. 19, § 4°)?	
1.5 Os lançamentos compreendem apenas os	
emolumentos percebidos como receita do notário e	
registrador, ou recebidos pelo responsável por unidade	
vaga, pelos atos praticados de acordo com a lei e com	
a tabela de emolumentos. Feito o lançamento de saída	
(pagamento) de valores recebidos para repasse a	
terceiros (por exemplo: aquisição de selos FUNARPEN),	
no livro deve haver, necessariamente, o correspondente	
lançamento de entrada (recebimento) da importância	
respectiva no caixa da Serventia, tudo devidamente	
discriminado. (CN, art. 19, § 1°)?	
1.6 São lançadas somente as despesas diretamente	
relacionadas ao serviço, não cabendo, ao reverso, o	
registro de despesas de caráter pessoal, de doações, ou	
de outras que intrinsicamente não se refiram ao serviço	
ou ao seu funcionamento, ou de caráter facultativo (p.	
ex. contribuição em razão de associação voluntária do	
tabelião a entidade de classe, associação ou	
contratação de profissional para tratar de assunto	
particular e CPC), sendo permitida a despesa efetuada	
com imposto sindical, de acordo com o Ofício Circular nº	
59/2014 (CN, art. 19, § 2°)?	
p. ex. ANOREG.	
1.7 Efetuou o recolhimento ao FUNSEG (Fundo Estadual	
de Segurança aos Magistrados – Lei Estadual nº 17.838/13	
e Decreto Judiciário nº 205/2014) no percentual de 0,2%	
sobre o valor da arrecadação bruta do serviço	
delegado? Lembrando que o início do recolhimento terá	
como base o mês de janeiro de 2014 e o seu pagamento	
se dará até o dia 10 de fevereiro de 2014.	
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

O Provimento nº 45, de 13 de maio de 2015, da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) fixou critérios objetivos na avaliação das despesas passíveis de dedução, os quais deverão nortear o preenchimento do livro de receitas e despesas.

- I. Despesas dedutíveis:
- a. locação de bens móveis e imóveis utilizados para a prestação do serviço, incluídos os destinados à guarda de livros, equipamentos e restante do acervo da serventia;
- b. contratação de obras e serviços para a conservação, ampliação ou melhoria dos prédios utilizados para a prestação do serviço público;
- c. contratação de serviços, os terceirizados inclusive, de limpeza e de segurança;
- d. aquisição de móveis, utensílios, eletrodomésticos e equipamentos mantidos no local da prestação do serviço delegado, incluídos os destinados ao entretenimento dos usuários que aguardem a prestação do serviço e os de manutenção de refeitório;
- e. aquisição ou locação de equipamentos (hardware), de programas (software) e de serviços de informática, incluídos os de manutenção prestados de forma terceirizada;
 - f. formação e manutenção de arquivo de segurança;
- g. aquisição de materiais utilizados na prestação do serviço, incluídos os utilizados para a manutenção das instalações da serventia:
- h. plano individual ou coletivo de assistência médica e odontológica contratado com entidade privada de saúde em favor dos prepostos e seus dependentes legais, assim como do titular da delegação e seus dependentes legais, caso se trate de plano coletivo em que também incluídos os prepostos do delegatário;
- i. despesas trabalhistas com prepostos, incluídos FGTS, vale alimentação, vale transporte e quaisquer outros valores que lhes integrem a remuneração, além das contribuições previdenciárias



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou ao órgão previdenciário estadual;

j. custeio de cursos de aperfeiçoamento técnico ou formação jurídica fornecidos aos prepostos ou em que regularmente inscrito o titular da delegação, desde que voltados exclusivamente ao aprimoramento dos conhecimentos jurídicos, ou, em relação aos prepostos, à melhoria dos conhecimentos em sua área de atuação;

k. o valor que for recolhido a título de Imposto Sobre Serviço - ISS devido pela prestação do serviço extrajudicial, quando incidente sobre os emolumentos percebidos pelo delegatário;

l. o valor de despesas com assessoria jurídica para a prestação do serviço extrajudicial;

m. o valor de despesas com assessoria de engenharia para a regularização fundiária e a retificação de registro.

Ao **responsável interinamente por delegação vaga** é defeso contratar novos prepostos, aumentar salários dos prepostos já existentes na unidade, ou contratar novas locações de bens móveis ou imóveis, de equipamentos ou de serviços, que possam onerar a renda da unidade vaga de modo continuado, sem a prévia autorização do Tribunal a que estiver afeta a unidade do serviço.

II. considera-se como dia da prática do ato o da lavratura e encerramento do ato notarial, para o serviço de notas; o do registro, para os serviços de registros de imóveis, títulos e documentos e civil de pessoa jurídica; o do registro, para os atos não compensáveis do Registro Civil das Pessoas Naturais, e para seus atos gratuitos, o do momento do recebimento do pagamento efetuado por fundo de reembolso de atos gratuitos e fundo de renda mínima. (Prov. 45 CNJ, art. 6°, § 1°)

III. Os documentos referentes à regularidade das contribuições fiscais e previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamentos, os contratos de trabalho e quaisquer outros pertinentes ao serviço, devem ser mantidos em pasta própria à disposição permanente do Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial, a ele apresentado extrato circunstanciado do movimento da serventia, com a indicação da receita bruta proveniente, das despesas e da receita líquida, sempre que solicitado (Prov. 45 CNJ, art. 8, Parágrafo Único e CN, art. 21).

IV. É vedada a prática de cobrança parcial (desconto) ou de não cobrança de emolumentos, e ainda, ressalvadas as hipóteses



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

de isenção, não incidência ou diferimento previstas na legislação específica (**Prov. 45 CNJ**, **art. 7°)**.

V. É vedada aos agentes delegados a realização de qualquer trabalho que não seja peculiar às suas atribuições e ao ato que estiverem praticando, ficando terminantemente proibida a confecção de instrumentos particulares. (CN, art. 7°).

ARQUIVO DE COMUNICAÇÃO DE SELOS

2 Em uso o arquivo nº 01.

	SIM	NÃO
2.1 Encaminha, através do sistema mensageiro, os		
arquivos de comunicação para registro na		
Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício		
Circular nº 304/2013?		
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES		

- **2.2** Último comunicado enviado ao Juiz referente ao mês de **junho** de 2016.
- 2.3 Quantidade de selos utilizados no último mês: 6027 selos.

2.4 QUADRO ESTATISTICO:

DADOS FORNECIDOS PELO FUNARPEN

Ano: 2013		Ano: 2014	
Tipo de Selo	Quantidade	Tipo de Selo	Quantidade
Notarial Laranja Único	91200	Notarial Laranja Único	14400
Selo Digital do Tabelionato de Protesto - DIFERIDO	0	Selo Digital do Tabelionato de Protesto - DIFERIDO	0
Selo Digital do Tabelionato de Protesto	0	Selo Digital do Tabelionato de Protesto	107500
Ano: 2015		Ano: 2016	
Ano: 2015 Tipo de Selo	Quantidade	Ano: 2016 Tipo de Selo	Quantidade
			Quantidade 0
Tipo de Selo	0	Tipo de Selo	Quantidade 0



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

LIVRO DE VISITAS E CORREIÇÕES Provimento nº 45/2015 - CNJ

3. Em uso o livro nº 01.

	SIM	NÃO
3.1 O livro está registrado na Corregedoria do Foro		
Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?		
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES		
Providenciar o registro do livro na Corregedoria do Foro Ex	trajudio	cial da
comarca.		

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

Modelo

Data	Natureza da Visita	Autoridade Judiciária	Assinatura da Autoridade Judiciária	Ciente do Agente Delegado

Finalidade: Este livro é destinado ao registro das visitas e correições e será escriturado pelas autoridades judiciárias fiscalizadoras.

Natureza da Visita: deverá ser registrada a natureza do ato de fiscalização: inspeção, correição ordinária ou extraordinária.

Assinatura da Autoridade: o Corregedor da Justiça, Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça ou Assessor Correcional é que poderão escriturar o livro.

Ciente do Agente Delegado: o Agente Delegado titular ou designado para responder interinamente à serventia deverão dar seu ciente.

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

Deverão ser mantidas em arquivo próprio os relatórios e atas das correições e inspeções, certidões de regularidade emitidas pelo Agente Delegado e relatórios circunstanciados emitido pelo Juiz Corregedor do Foro extrajudicial da Comarca, para fins correicionais.



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

LIVROS E ARQUIVOS

1 - PROTOCOLO (APONTAMENTO) (CN, art. 767, inciso I e Adendo 1-F)

Em uso o livro nº 306.

	SIM	NÃO
1.1 Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro		
Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?		
1.2 O livro é informatizado?		
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES		

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

- Todos os documentos apresentados ou distribuídos no horário regulamentar serão protocolizados dentro de vinte e quatro horas, obedecendo à ordem cronológica de entrega. Lei n. 9492, art. 5°.
- Neste livro deverão ser consignadas todas as ocorrências, inclusive "suspensão dos efeitos".
- A serventia que adotar sistema informatizado a impressão do livro protocolo poderá ser mensalmente art. 776, §4°.
- Somente poderão ser protocolizados ou protestados os títulos, letras e documentos pagáveis ou indicados para aceite nas praças localizadas no território da comarca da Serventia Art. 756.

2 - ORDEM DE APRESENTAÇÃO

							SIM	NÃO
2.1	Os	títulos	são	protocolizados,	relacionados	е		



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

anotados, <u>seguindo a ordem cronológica de sua</u>	
apresentação, tendo como <u>base</u> a ordem de	
apresentação e registro no Ofício Distribuidor (Lei	
9.492/97 , art. 5° ; e art. 774 do Código de Normas)?	
2.2 A serventia recebe os títulos eletronicamente (CRA -	
Central de Remessa de Arquivo)?	
2.3 É mantida a ordem cronológica entre os títulos	
recebidos eletronicamente e os físicos?	
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	

3 - PRAZO

	SIM	NÃO
3.1 Observa o tríduo legal para o lançamento definitivo		
das ocorrências determinado pelo art. 12, lei 9.492, de		
10 de setembro de 1997 e art. 779 do Código de		
Normas?		
3.2 É cumprido o prazo de três (03) dias úteis para o		
lançamento definitivo em relação ao destino do título		
(pagamento, protesto, sustação ou retirada), tanto nos		
casos de intimação pessoal como nas hipóteses de		
intimação por edital?		

CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES

Em razão dos prazos exíguos do procedimento do protesto recomenda-se que a remessa do Edital ao Jornal de Circulação diária existente na Comarca não ocorra no último dia do prazo legal (art. 13 da Lei 9492). O tabelião no intento de esgotar os meios de localização do devedor, têm adotado a prática de realizar mais de uma visita no local indicado, recomenda-se que este procedimento seja realizado em dias contínuos e horários diferentes evitando-se dessa maneira que o edital seja publicado no último dia do prazo legal ou além dele.



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

▶Na contagem do prazo exclui-se o dia da protocolização.

(art. 12,§ 1°, Lei 9.492)

▶O protesto será **registrado** dentro de três dias úteis.

(art. 12, Lei 9.492)

Atentar que "o protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado <u>antes</u> do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução" (art. 814 do CN), ao passo que "<u>após</u> o vencimento, o protesto sempre será efetuado por falta de pagamento (art. 815 do CN), pelo que se mostra indevida a "prorrogação do prazo por aceite".

	LANCAME	NTOS DAS O	CORRÊNCIA	S – PRAZO LEC	GAL
Dia 01	Dia 02	Dia 03	Dia 04	Dia 05	Dia 06
Distribuição	Protocolo	Tríduo legal	Tríduo legal	Tríduo legal	Excesso de prazo
Art. 5° lei 9.492 Até 24 Horas	Exclui contagem art. 12 § 1° lei 9.492	Ocorrências - PAGO - RETIRADO - SUSTAÇÃO	Ocorrências - PAGO - RETIRADO - SUSTAÇÃO	Ocorrências - PAGO - RETIRADO - SUSTAÇÃO - PROTESTO	- cancelamento - suspensão dos efeitos do protesto

PROCED	IMENTOS PAR	RA ENTREGA D	A INTIMA	ÇÃO - PRAZO L	EGAL
Dia 01	Dia 02	Dia 03	Dia 04	Dia 05	Dia 06
Distribuição	Protocolo	Tríduo legal 03 dias	Triduo legal	Triduo legal	Excesso de prazo
Art. 5° lei 9.492 Até 24 Horas para o registro no livro protocolo	Diligência (não efetivada) Edital (art. 792 do CN)	*Em caso da necessidade de mais uma diligência Diligência (não efetivada) Edital (art. 792 do CN)		Prazo final para pagamento. Último dia para o registro do protesto	



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

4 - TERMO DE ENCERRAMENTO

	SIM	NÃO
4.1 Consigna no termo de encerramento diário o número de títulos apresentados e o montante recolhido ao FUNREJUS , em consonância ao determinado no art. 810, item XV do CN ?		
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES		

5 - ARQUIVO DAS GUIAS DO FUNREJUS

	SIM	NÃO
5.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº		
304/2013?		
5.2 Nas guias constam os números/intervalo dos protocolos e quantidade de atos utilizada para o recolhimento do FUNREJUS?		
5.3 A serventia observa que o cálculo do valor a ser recolhido ao FUNREJUS considerando o terceiro numeral após a vírgula, efetuando a conta e o arredondamento cabível, enfim, conforme norma própria da ABNT (NBR 5891, de dezembro de 1977)?		
5.4 O recolhimento devido ao FUNREJUS está sendo realizado no dia do apontamento (Item 27 - Instrução n. 1, de 2 de junho de 1999) ou no máximo no dia útil imediato?		
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES		
Providenciar os termos de abertura e registro na Correge Extrajudicial.	doria d	o Foro

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

Em se tratando de títulos representativos de créditos dos



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

entes federais, estaduais e municipais, os emolumentos respectivos e a taxa devida ao FUNREJUS serão recolhidas somente por ocasião do pagamento ou do cancelamento do título pelo devedor (art. 852 do CN).

6 - ARQUIVO DE DEVOLUÇÃO

	SIM	NÃO
6.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do		
Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº		
304/2013?		
6.2 Os títulos ou documentos a que faltem requisitos		
para o protesto e que tenham sido registrados no		
Distribuidor , estão sendo registrados no livro protocolo		
(apontamento)?		
6.3 Os títulos ou documentos devolvidos estão sendo		
registrados no arquivo de devolução?		
6.4 Está sendo devolvido o título sem a cobrança dos		
emolumentos e FUNREJUS?		
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES		

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

O titulo deverá ser devolvido ao apresentante, sem vencimento de custas, **inclusive FUNREJUS**, consignando no campo ocorrência a referência "devolução" – (**art. 775 do CN**).

7 - ARQUIVO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE

		SIM	NÃO
7.1	Os arquivos estão registrados na Corregedoria do		
Foro E	xtrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº		
304/201	135		



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

7.2 Neste arquivo estão arquivadas as indicações		
apresentadas por meio eletrônico – art. 757 do CN ?		
7.3 Arquiva os termos de responsabilidade assinados		
pelos apresentantes?		
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES		
	,	

Lei 9.492, de 10 de setembro de 1997.

Art. 15 - Aquele que fornecer endereço incorreto, agindo de má-fé, responderá por perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções civis, administrativas ou penais.

8 - ARQUIVO DAS RELAÇÕES DO OFICIO DISTRIBUIDOR

Em uso o arquivo nº 66.

	SIM	NÃO
8.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº		
304/2013?		
8.2 Encaminha com estrita fidelidade a comunicação		
das ocorrências (art. 761 e parágrafo único)?		
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES		
Último comunicado enviado em 26/07/2016.		

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

Conforme dispõe o art. 5° da Lei 9492/97, após a distribuição dos títulos, estes deverão ser protocolizados em 24 (vinte e quatro) horas. Caso não haja o atendimento da norma legal pelo Distribuidor, a agente delegado deverá comunicar o fato ao Doutor Juiz para as providências cabíveis.

9 - ARQUIVO DE MANDADOS E OFÍCIOS JUDICIAIS

	SIM	NÃO
9.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do		
Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?		
•		
9.2 Certificado no mandado o número do protocolo,		
emolumentos e data do cumprimento da ordem		
judicial?		
9.3 O oficial mantém atualizado o livro protocolo,		
enviando anualmente relação dos títulos pendentes		
existentes na Serventia, oficiando ao Juízo, para que,		
sejam atualizadas as informações contidas no livro		
protocolo?		
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES		
	•	

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

- Anotar no livro protocolo as ocorrências "sustação de protesto" e "suspensão dos efeitos do protesto".
- Se ao receber a ordem para "sustação do protesto" (para evitar sua realização do protesto) verificar o Tabelião se o título já foi protestado. O que for constatado será feita imediata comunicação ao Juízo competente, solicitando-lhe, diante da impossibilidade de cumprimento da ordem recebida e nos seus limites, que lhe oriente como proceder no caso em concreto.
- Lembrar que a ordem de "suspensão dos efeitos do protesto" o título já foi protestado. Esta natureza de mandado não autoriza o cancelamento do protesto, servindo, sim e apenas (salvo se na decisão diferentemente constar), a evitar que se dê publicidade do



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

ato (sobre o protesto cujos efeitos foram suspensos não se deve expedir certidão positiva enquanto a ordem judicial viger).

- Poderá o tabelião solicitar a inclusão dos emolumentos na conta final para pagamento quando o encerramento do processo ou ingressar com a ação judicial cabível - **Of. Circular 24/2015.**

10 - ARQUIVO DE PEDIDOS DE CERTIDÃO

	SIM	NÃO
10.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do		
Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº		
304/2013?		
10.2 Estão sendo exigidos requerimentos por escrito para		
a expedição de certidão positiva?		
10.3 O Serviço observa a Tabela de custas para a		
expedição de certidão (Tabela XV, item IV e V)?		
10.4 O Serviço observa o Ofício Circular 02/2015 - DA do		
FUNREJUS – aplicação de 25% sobre o valor do		
emolumento cobrado (Aplicação da Lei n. 18.415/2014) ?		
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES		

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

Poderão ser fornecidas certidões de protestos, não cancelados, a quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito – Art. 31 da Lei 9492. Redação dada pela Lei n. 9.841, de 05.10.1999.

11 - ARQUIVO DE INTIMAÇÕES

SIM NÃO



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

11.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?	
11.2 A serventia cumpre com o disposto no art. 19, § 1° da Lei 9492/97, não indicando na intimação, horário para pagamento diverso do horário de funcionamento da Serventia?	
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

A Lei n. 9492/97 em seu artigo 19, § 1º estabelece que o pagamento não será recusado desde que oferecido dentro do prazo legal, feito no Tabelionato de Protesto competente e no horário de funcionamento dos serviços. O legislador não estabeleceu que o horário de funcionamento do serviço é exclusivamente o horário das Instituições Financeiras (Bancos), devendo ser levado em conta o horário de funcionamento do serviço, neste caso o horário de funcionamento da Serventia é até às 17:00h.

11.3 - Modelo sugerido pela Corregedoria-Geral da Justiça para as cotações dos emolumentos e demais taxas.

MODELO SUGERIDO	
I - Título (valor do título)	
II - Juros (valor atribuidor pelo contador)	O valor a ser pago será calculado pelo contador judicial, tendo como base a data do apontamento, neste caso apresentação no Distribuidor, atribuindo valor fixo dos juros – art. 754 parágrafo único do CN
II – Distribuidor (Tabela Distribuidor)*	* Tabela distribuidor:
	– 03 faixas de valores
	título até R\$ 146,70 - R\$ 25,62



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

	título entre R\$ 146,71 a
	1.467,09
	– R\$ 32,62
	título acima de R\$ 1.467,10 - R\$ 37,03
IV – Anotação (Tabela XV, inciso I)	
V – Funrejus (0,2 % do título)	
VI – Selo FUNARPEN	R\$ 2,65
VII - Intimação (valor consignado	
na inciso II, da tabela XV)	R\$ 14,56
VIII – Despesa de remessa da	Área urbana – valor AR
intimação	Área rural – R\$ 27,30
Art. 790 e parágrafos	
Valor a pagar	

11.4 QUADRO COMPARATIVO dos emolumentos e taxas indicadas pela serventia e Modelo da Corregedoria-Geral da Justiça:

Modelo da Servei	ntia	Modelo Corregedoria-Geral da Justiça			
PROTOCOLO N. 20	PROTOCOLO N. 207050246/2016.				
Valor título	R\$ 2.610,00	Título	R\$ 2.610,00		
Juros	R\$ 6,09	Juros	R\$ 6,09		
1° Distribuidor	R\$ 8,01	Distribuidor	R\$ 37,03		
3° Distribuidor	R\$ 26,82				
Anotação	R\$ 43,68	Anotação	R\$ 43,68		
		Tabela XV, inc. I			
Funrejus	R\$ 5,22	Funrejus	R\$ 5,22		
Selo Funarpen	R\$ 4,85	Selo Funarpen	R\$ 2,65		
Intimação	R\$ 14,56	Intimação	R\$ 14,56		
Remessa da	R\$ 3,61	Remessa da	Área urbana – valor AR		
intimação		intimação	Área rural – R\$ 27,30		
(Art. 790 e		(Art. 790 e			
parágrafos do CN)		parágrafos do CN)			
VALOR TOTAL		Valor Total			
CONSTATAÇÕES					

	SIM	NÃO
11.4.1 A serventia adota o uso de boleto bancário para		
pagamento da intimação? Faculta-se a utilização.		
11.4.2 O modelo encontra-se adequado ao sugerido pela		



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

Ata Correicional ?	
11.4.3 O valor consignado a título de anotação está	
previsto na Tabela de Custas TABELA XV - Item I -	
Anotação ou protesto — (Lei Estadual n. 17832, de 19 de	
dezembro de 2013)?	
11.4.4 O valor consignado a título de Distribuidor/contador	
está previsto na tabela de custas do Distribuidor e em	
conformidade ao FUNJUS - (Decreto 744 - Guia de	
recolhimento de custas judiciais)?	
11.4.5 O valor equivalente ao Selo do FUNARPEN está	
adequado?	
11.4.6 O valor consignado a título de intimação está	
adequado ao valor contido na tabela de custas – Tabela	
XV, item II, do Código de Normas?	
11.4.7 O valor a ser pago (juros/correção monetária) está	
sendo calculado pelo contador judicial, tendo como base	
a data do vencimento do título até a data do	
apontamento – art. 754 parágrafo único do CN?	
11.4.8 O valor consignado a título de remessa da	
intimação está adequado as normas estabelecidas pelo	
Art. 790 e incisos do CN?	
11.4.9 Na intimação é atribuído o valor total a ser pago	·
pelo devedor?	
DETERMINAÇÕES	

DETERMINAÇÕES

- 11.4.4 Não há necessidade de indicar separadamente os emolumentos devidos ao contador e outro ao distribuidor, podendo indicar um único valor, conforme modelo:
- * Tabela distribuidor:
- 03 faixas de valores

título até R\$ 146,70

- R\$ 25,62

título entre R\$ 146,71 a 1.467,09

- R\$ 32,62

título acima de R\$ 1.467,10 - R\$ 37,03

- **▶** OBSERVAR DORAVENTE.
- 11.4.7 O contador judicial fará o cálculo na data da apresentação do



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

título;

– O valor a ser pago será calculado pelo contador judicial, tendo por base a data do vencimento do título a do registro no protocolo do distribuidor), e não do pagamento, acrescido de juros legais (1% ao mês), custas (tabela XV regimento de custas) e eventuais impostos e taxas incidentes (FUNREJUS e FUNARPEN), art. 754 parágrafo único do CN

OBSERVAR QUE:

Art. 805. Em se tratando de títulos e documentos de dívida sujeitos a atualização monetária, o valor a ser pago será calculado pelo contador judicial na data da apresentação do título no registro no distribuidor.

11.4.8 – O valor a ser pago pelo ressarcimento da entrega da intimação em área urbano não poderá ultrapassar o valor do AR – EBCT – local – art. 790, § 2°, do CN.

11.5 – A serventia poderá adotar qualquer um dos sistemas para a entrega das intimações. Ressarcimentos autorizados pelas despesas efetivamente despendidas para a entrega da intimação:

1º POSSIBILIDADE	Valores autorizados
Intimação via postal – Correio/AR – art. 790, § 1°.	Não poderá ultrapassar o valor equivalente a Carta Registrada – ART – EBCT – Local.
2ª POSSIBILIDADE	Valores autorizados
Intimação urbana — Tabelião/preposto art. 790, § 2º.	- Nos endereços do perímetro urbano da comarca, a despesa pela remessa da intimação não poderá ultrapassar o valor da tarifa da EBCT em vigor relativo ao AR.
Intimação rural - Tabelião/preposto.	– Nos endereços do perímetro



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

- art. 790, § 3°.	rural ou distantes a mais de 10 (dez) quilômetros da Serventia, a despesa da remessa da intimação será ressarcida pelo valor da tabela XIV, inc. III, letra b — do Regimento de Custas (R\$ 25,05).		
3ª POSSIBILIDADE	Valores autorizados		
Serviço terceirizado - art. 790, § 4º e art 791.	Não poderá ultrapassar o valor equivalente a Carta Registrada – ART – EBCT – Local.		

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

- Se a intimação ocorrer, excepcionalmente, "no último dia do prazo, ou além dele, por motivo de força maior, o protesto será tirado no primeiro dia útil subseqüente." (art. 781 do CN), pois que, não se admite o protesto no mesmo dia da intimação (Lei 9.492/97, art. 13).

12 - ARQUIVO DE EDITAIS

Em uso o arquivo nº 45.

	SIM	NAO
12.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do		
·		
Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº		
304/2013?		
12.2 Os editais são afixados na Serventia?		
12.3 Consignado no edital referência expressa a data		
em que mesmo foi afixado na serventia?		
12.4 Os valores dos emolumentos indicados no edital		
são os mesmos da intimação?		
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES		
	•	
Observações: Cabíveis, em relação às custas, as c	onsider	ações



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

1. 1		•			~
realizadas n	na ara	11 11 1/ ()	ae 1	ıntıma	2900
r Canzadas r	io aic	10110	ac i		açocs.

13 - LIVRO DE REGISTRO DE PAGAMENTOS

13 Em uso o Livro nº 305.

	SIM	NÃO
13.1 Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro		
Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?		
13.2 Em cada título há referência ao valor arrecadado e		
depositado?		
13.3 No termo de encerramento estão consignados o		
total arrecadado e o total depositado?		
13.4 O valor do total depositado, consignado no termo		
de encerramento, coincide com o valor existente no		
extrato da conta poder judiciário afixado no termo de		
encerramento?		
13.5 Estão afixados/arquivados os comprovante de		
depósito bancário/ TED?		
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES		

14 - ARQUIVO DE EXTRATOS BANCÁRIOS

	SIM	NÃO
14.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do		
Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº		
304/2013?		
14.2 São mantidos os extratos mensais da conta poder		
judiciário?		
14.3 Foram verificados lançamentos condizentes com a		
movimentação da serventia pertinentes a depósito e		
repasse aos apresentantes?		
14.4 Os comprovantes de depósitos Bancários/TED, os		
extratos bancários e arquivo de repasse A conta Poder		



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

Judiciário estão sendo vistados mensalmente pelo Juiz da Comarca?	
14.5 Observa a vedação do depósito de emolumentos e verbas de caráter privado na conta "Poder Judiciário" (Ofício-Circular n. 206/2007)?	
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES	

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

A devolução de cheque emitido pelo devedor para o pagamento, independentemente do motivo, impõe o imediato protesto do título apontado, sem necessidade de outras providências.

15 - ARQUIVO DE REPASSE

	SIM	NÃO
15.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do		
Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº		
304/2013?		
15.2 O valor devido ao apresentante está sendo		
disponibilizado no primeiro dia útil subsequente ao do		
recebimento – (Lei 9.492, art. 19, inciso 2°)?		
15.3 A data lançada no livro pagamento confere com		
a data do repasse – art. 810, XIII do CN ?		
15.4 O arquivo possui as referências ao valor e		
numerário do cheque, agência e número da conta		
corrente e nome das partes?		
15.5 Adota sistema digitalizado (cheque/TED)?		
15.6 Nos repasses pessoais as pessoas autorizadas pelo		
recebimento estão sendo devidamente identificadas e		
se há documentos que comprovem os seus poderes?		
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES		

Observações: Identificado o recebedor com carimbo.



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

16 - ARQUIVO DE SOLICITAÇÃO DE RETIRADA

Em uso o arquivo nº 129.

	SIM	NÃO
16.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do		
Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº		
304/2013?		
16.2 Foi observado que "a retirada do título será		
requerida, por escrito, pelo apresentante ou procurador		
com poderes específicos, arquivando-se o pedido no		
tabelionato" (art. 798 e parágrafo único do CN), de modo		
que, todos os atos deverão ser precedidos de		
requerimentos escritos, subscritos por pessoa		
identificada e legitimada, ainda que formulados através		
de impressos extraídos dos sistemas informatizados das		
instituições financeiras?		
16.3 O arquivo está sendo atualizado quando da		
alteração da gerência, procurações dos representantes		
legais das instituições financeiras e/ou instrumentos por		
estes fornecidos, indicando pessoas habilitadas a		
solicitar baixas e retiradas dos títulos?		
16.4 São arquivados os atos constitutivos de tais		
instituições para viabilizar a conferência da		
representatividade do gerente, salvo se a procuração		
for por escritura pública?		
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES		

17 - LIVRO DE REGISTRO DE INSTRUMENTO DE PROTESTO

	SIM	NÃO
17.1 Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro		
Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?		
17.2 Os emolumentos consignados no instrumento estão		



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

condizentes	com	OS	previstos	pela	tabela	de		
emolumentos	s vigent	еŝ						
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES								

18 - ARQUIVO DE DOCUMENTOS (CANCELAMENTOS)

	SIM	NÃO
18.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?		
18.2 Os requerimentos de cancelamento estão instruídos com o documento protestado?		
CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES		

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

A cópia do documento protestado deve ficar arquivado na serventia em ordem cronológica - (art. 26, da Lei 9.492/97; **art. 830 do CN**), (arquivo físico ou digital – meio eletrônico – art. 24 do CN).

Quando o cancelamento for fundado no pagamento e não for possível demonstrá-lo pelo título ou documento de dívida, pela *declaração de anuência* ao cancelamento, oferecida pelo credor originário ou endossatário, com as firmas reconhecidas, exigindo-se, ademais, prova da representação a ser arquivada na serventia (arquivo físico ou digital – meio eletrônico - art. 24 do CN).

Art. 830 § 1º - A – O cancelamento pode ser solicitado mediante apresentação de <u>declaração de anuência em meio eletrônico</u>, diretamente à Central de Remessa de Arquivos (CRA) mantida pelo Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – Seção Paraná, bem como, através da utilização de <u>certificado digital</u>, emitida no âmbito da ICPBrasil, chancela eletrônica ou, na forma de convênio firmado pelo interessado, de outro meio de comprovação de autoria e integridade de documentos em forma eletrônica. - Parágrafo incluído pelo Provimento n. 257/2014, de 21/07/2014 (E-dj n. 1377, de 23/07/2014).



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

IMAGENS DA SERVENTIA



AO (À) AGENTE DELEGADO (A)

- **1.** Realizar todas as regularizações determinadas e apresentar os documentos referidos na ata correicional.
- 2. Concedem-se 30 (trinta) dias para a efetiva revisão e regularização do apontado nesta Ata, com apresentação de certidão de regularidade item a item ao doutor Juiz de Direito, para que proceda à conferência do cumprimento de todas as determinações contidas nesta Ata.



SEI n° 0037182-85.2016.8.16.6000

JUIZ (ÍZA) CORREGEDOR (A) DA COMARCA

- 1. Proceder à <u>aferição pessoal</u> da regularização de cada item apontado como irregular nesta Ata Correicional;
- **2.** Em **noventa (90) dias**, anexar ao presente SEI, relatório circunstanciado informando o cumprimento das determinações e/ou às providências adotadas, juntamente com a certidão de regularidade, item a item, emitida pelo Sr. Agente Delegado.

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

- 1. À Divisão Jurídica para as providências necessárias.
- 2. Merece destaque o trabalho realizado pelo agente delegado Luiz Alberto de Lara Miguel na prestação de serviços aos usuários, implantando sistema de cobrança por BOLETO BANCÁRIO possibilitando o pagamento em qualquer agência bancária, posto de auto-atendimento ou sistema bancário pela internet, incluindo a serventia na relação das serventias que adotam BOAS PRÁTICAS.

CONCLUSÃO

Declarando encerrada a Correição pelo Corregedor-Geral da Justiça e nada mais havendo a consignar, foi lavrada a presente, sendo encaminhada uma via ao Doutor Juiz de Direito Corregedor da Comarca.

Des. Eugênio Achille GrandinettiCorregedor-Geral da Justiça